

Congresso interno de Atibaia sobre a análise didática

Um congresso interno de nossa Sociedade foi realizado em Atibaia, em um final de semana – de 26 a 28 de outubro de 2007 – dedicado ao tema da análise didática, ou seja, sobre a análise do analista em formação no Instituto. Dois anos antes, a IPA havia reconhecido três modelos de formação, até mesmo o que foi chamado de “modelo francês”, pois a França havia, há já algumas décadas, abandonado a prática de análise didática e a função do analista didata; a análise pessoal, de quem procura formação, sendo decidida no âmbito pessoal como qualquer análise.

Cerca de 150 colegas participaram desse final de semana de trabalho, aberto com uma reunião plenária na sexta-feira à noite. Os participantes foram divididos em sete grupos que trabalharam em conjunto durante o dia de sábado. Cada grupo tinha um colega com a função de coordenador e outro de relator: os relatórios dos principais pontos discutidos nos grupos foram lidos, pelo respectivo relator, em uma reunião plenária no domingo. Depois da leitura dos relatórios, reproduzidos a seguir, tivemos algumas horas de discussão na plenária.

Esse Congresso foi anunciado em convite feito em 13 de abril de 2007 de maneira que houvesse uma preparação ao longo do ano na forma de trabalhos escritos e de reuniões sobre o tema.

Os nossos congressos internos, na Sociedade, são uma modalidade de encontro destinada à discussão e à reflexão conjunta sobre um assunto de grande importância para nós, mas sem função deliberativa. Cito uma passagem do editorial do *Boletim Informativo*, de outubro 2007 (mês do congresso), sobre o propósito desse encontro:

O nosso desafio em Atibaia será pensarmos maneiras de diminuir a regulamentação normativa, hoje vigente para a análise dos candidatos. Buscar formas de aproximá-la de uma simples análise, aquela que muitos de nós conhecemos quando fomos buscar nela uma saída – e nela encontramos – do que nos impedia de viver de forma mais satisfatória. Menos formalismo, para dar mais chances às análises de nossos analistas!

Sensíveis ao caráter passional e contraditório do debate sobre a análise didática e a categoria do analista didata entre nós, *não* pretendíamos que as ideias surgidas no encontro pudessem ser implantadas no curto prazo que ainda dispúnhamos em nossa gestão. O importante era a possibilidade de nos expressarmos com espontaneidade em um clima favorável ao convívio amistoso, e isso era o que esperávamos daquele encontro, naquele momento. Os relatórios que seguem refletem o estado de espírito e as opiniões que surgiram ali.

O assunto foi retomado na gestão seguinte, sob a presidência do Plínio Montagna, mais centrado na discussão, pela Comissão de Ensino, dos artigos do Regulamento do Instituto sobre a frequência semanal de sessões requeridas, ponto que foi objeto de uma Assembleia Geral, deliberativa, em 2010, num clima de intensa mobilização e debates envolvendo toda a Sociedade.

Foi um período bastante produtivo, em que diferentes colegas expuseram seus pontos de vista em cartas abertas dirigidas a todos os membros, assim como documentos com abaixo-assinados, em particular, às vésperas da Assembleia Geral de 4 de dezembro de 2010.

As decisões tomadas foram no sentido manter a frequência mínima de quatro sessões semanais, não tanto pelo rumo dominante do debate na Assembleia, mas pelo altíssimo número de procurações que alguns colegas, defensores da posição conservadora, dispunham. Eram votos de colegas que não estavam participando diretamente do debate, mas que haviam sido delegados, segundo uma prática garantida, na época, pelos Estatutos. Em suma, a Sociedade estava dividida.

E, desde então, esse tema não foi mais retomado. Quem sabe em algum momento possamos voltar a um encontro de final de semana para atualizar nossas opiniões, num clima amistoso e franco como o que tivemos nesse Congresso.

Luís Carlos Menezes
luismzes@hotmail.com

Relatora: Cecília Orsini

Considerações iniciais

Devido à polarização do debate entre duas posições divergentes: de um lado, o desejo de analisar-se como não regulamentável versus, de outro, a necessidade de um mínimo de parâmetros reguladores da análise do analista, a relatora tomou o cuidado de efetuar sua síntese após a última pausa da tarde, de modo a submeter seu relato à discussão e aprovação dos presentes.

O parágrafo final, contudo, foi acrescentado depois, já que o último ponto surgiu apenas ao final dos trabalhos, quando a leitura deste documento já tinha sido efetuada. Seu relato foi necessário uma vez que este tema mobilizou intensamente o grupo.

Relatório

Num clima aberto, partindo do resgate de nossa história e do respeito total às diferenças de concepções, ao menos daqueles que se sentiram à vontade para manifestar-se, apareceu em nosso grupo uma clara demanda pelo aprimoramento do modelo atual, exigindo mudanças efetivas:

1. Na análise do analista.
2. Na reavaliação das funções didáticas.

Para efeitos de organização deste escrito, já que os argumentos foram muitos e substantivos, foram relatados os eixos que se revelaram mais expressivos das propostas e sugestões levantadas.

1. Com relação à análise do analista
 - 1.1 Mudança do modelo atual de frequência de quatro a cinco vezes por semana, para um modelo de alta frequência a ser decidido pela dupla: membro filiado ao Instituto-analista didata. A ideia é preservar a mais alta frequência possível, sem apelar para um critério numérico.
 - 1.2 Liberdade de escolha para a análise de formação por parte do membro filiado ao Instituto, de quaisquer analistas, desde que membros da IPA, em qualquer nível institucional.

- 1.3 Liberdade de escolha para a análise de formação por parte do membro filiado ao Instituto de analistas filiados, ou não, à IPA.
2. Quanto à reavaliação da função didática
 - 2.1 Apesar do reconhecimento de que há uma contínua exposição do didata em nossa sociedade, sugere-se a criação de novos rituais periódicos de reavaliação ou reciclagem do didata.
 - 2.2 Que se efetue uma separação entre a função didática de ensino e supervisão, da função de analisar os analistas em formação, no sentido de evitar o contágio das relações transferenciais naquelas atividades. Neste caso, a função didática de ensino e supervisão seria também submetida a reavaliações periódicas.

Último parágrafo, inserido pela relatora, após a discussão e lido na plenária:

Ao final dos trabalhos, concluiu-se que o modelo de análise de formação praticado não deveria ser demasiadamente afastado daquele que se pratica, efetivamente, em sua grande maioria, nos consultórios. Principalmente com o fito de permitir a consecução de relatórios clínicos (os dito oficiais), inseridos na real situação da clínica do membro filiado ao Instituto.

Impressões da relatora sobre a dinâmica dos trabalhos:

Acredito que, em razão da discussão ter partido de candentes depoimentos de dificuldades na análise didática, em razão do estrito cumprimento do regulamento atual, rapidamente a discussão derivou para um plano mais conceitual, relativo ao campo do desejo, sobretudo do desejo de analisar-se, reconhecido por todos, ao menos neste plano, como não passível de regulamentação por instâncias externas à dupla, analisando/analista.

Como neste plano, o paradoxo entre a análise pessoal e a sua regulamentação se dissolve, restou aos presentes que defendiam a ideia de uma flexibilização do regulamento, apelarem para nossa prática, seja para a longa história de nossa instituição, seja para a nossa tradição, ou para o fato de que todo membro filiado que entra na formação está ciente do contrato analítico proposto pelo regulamento. Em momento algum, a necessidade de uma análise, a mais extensa e cuidadosa possível, foi questionada como requisito absolutamente indispensável à formação. O aprimoramento foi sempre sugerido na

direção de preservar ao máximo o psiquismo da dupla de efeitos indesejáveis a um bom processo analítico, reconhecida a delicadeza da transferência.

Isto instaurou uma discussão sobre a existência de dois tipos de posição na relação do membro filiado com a instituição: uma, diria, receptiva à instituição, tal como ele se apresenta, sem anseios de mudança; outra, denominada de dialógica, que instaura um diálogo transformador com a instituição.

Como não houve consenso, achei necessário preservar as propostas que surgiram, mesmo que divergentes, de modo a refletir com justeza a natureza dos debates.

Esta síntese, a meu ver, não consegue expressar toda a riqueza no evoluir do debate, a diversidade das discussões, a importância do testemunho pessoal, a substancialidade dos argumentos aventados, a extrema seriedade de propósitos em ambas as posições e as preocupações com nosso futuro, de ambas as partes.

Assim, de modo a transmitir ao comitê organizador um pouco mais “ao vivo e a cores” o que se passou, achei útil dar a conhecer aos seus membros a importância desta jornada, ao menos neste grupo de trabalho, pois fez circular entre nós inquietações antes consideradas tabu, como a questão da frequência e da figura do didata com seus possíveis efeitos na formação.

Cecilia Maria de Brito Orsini

ceciliaorsini56@gmail.com

Relator: David Léo Levisky

A atividade grupal durante os três módulos iniciais foi muito rica, catártica e analítica, mas sem que fossem tomadas definições sobre os temas abordados que abrangeram prática e espontaneamente os item sugeridos pelos organizadores do congresso. Na quarta e última fase dos debates, a proposição do grupo foi de que se tentasse produzir um relatório em conjunto, fato que facilitaria a tarefa do relator e seria mais fiel ao movimento do grupo. Neste momento, a aparente harmonia foi substituída por forte tensão quando alguns pretenderam uma flexibilização no processo de admissão de novos candidatos, mas outros viram que certas facilitações poderiam dar margem a tantas aberturas que poria em risco a qualidade da formação. Diante desse sentimento de ameaça permaneceram duas ideias: encontrar um caminho mais coerente para certos casos de exceção e a de preservar o *status quo* diante da ameaça de diminuição do padrão de qualidade da formação institucional.

De qualquer forma, considerou-se auspiciosa e salutar para a vida societária a iniciativa de tornar público os questionamentos levantados pela comissão organizadora do evento. O debate aberto torna a relação institucional mais transparente e, portanto, mais confiável e sólida em seus propósitos.

Houve “forte consenso” quanto ao término da condição vitalícia do analista didata. Sugeriu-se que fosse introduzida a condição de analista com funções didáticas, isto é, voltada para o ensino: seminários clínicos, cursos teóricos, supervisões, discussões curriculares e programáticas desvinculando-as da análise do membro afiliado (candidato a analista). A cada tempo, talvez cinco anos, o analista membro efetivo com funções didáticas solicitaria, caso desejasse dar continuidade às suas funções, a renovação de credenciais junto à comissão de qualificação de didatas e em consonância com a comissão de ensino. Deu-se ênfase ao fato de que não se trata de um questão burocrática, mas funcional e sempre tendo por base critérios analíticos a serem devidamente definidos.

Quanto à frequência e duração das análises, deu-se ênfase às decisões da dupla analítica, prevalecendo a condição de alta frequência, entre três a cinco sessões semanais e a análises de longa duração. Casos específicos deveriam ser considerados e ponderados por uma comissão voltada para esse tipo de avaliação.

Ponderou-se que certas regulamentações institucionais quanto à admissão de candidatos à formação são contraditórias e precisam ser revistas. Abordou-se as dificuldades em torná-las mais coerentes pelas diversidades de pontos de vista e pelo temor de que certas facilitações venham a enfraquecer a qualidade da formação. Por exemplo, a admissão de novos pretendentes à formação que estão em análise com um analista membro associado ou com um analista de outras associações ou correntes de pensamento. Nestes casos, julgou-se desejável que eles fossem analisados com muita cautela, através de uma comissão específica. Muitos entenderam que apenas candidatos analisados por membros efetivos poderiam entrar nessa condição de excepcionalidade.

Alguns do grupo concordaram que poder-se-ia abolir toda a hierarquia institucional visto que todo membro considerado qualificado estaria apto a praticar análise, não diferindo esta análise daquela de formação. Outros opinaram por uma experiência maior do analista que se dedica à análise de um pretendente a vir a ser analista. A equação está em se considerar em que momento o analista possui os requisitos mínimos em sua identidade psicanalítica para desenvolver essa função.

Apesar de divisões existentes no grupo, a maioria foi favorável a respeitar as hierarquias institucionais (membro associado e efetivo) sendo que, uma análise prolongada com um membro associado não daria validade para que esta análise fosse computada como parte de uma análise de formação.

A exigência de troca de analista ao entrar no Instituto caso o analista do pretendente não fosse didata, a tendência do grupo, no momento, foi de preservar a regulamentação atual.

Houve uma tendência grupal na recomendação ao analista com função didática, ao atingir a idade de 75 anos, não assumir casos novos.

Houve também a recomendação para que o analista com função didática tenha um número menor de candidatos em análise com função didática. Considerou-se o número sete excessivo.

A busca da transparência e de postura ética são fundamentais para evitar ou atenuar o risco de perversões institucionais.

Valorizou-se como fundamental identificar o conjunto de elementos psíquicos necessários para o desenvolvimento da identidade Psicanalítica e da identidade Institucional, pois quem procura a SBPSP procura-a na busca de uma formação de excelência e a Instituição deve continuar se esforçando para manter e atualizar esses critérios.

A formação continuada deve atingir todos os segmentos societários.

David Léo Levisky

davidlevisky@gmail.com

Adendo Marta Regina de Moraes Foster

1. Foi, como consta no relatório, sugerido a introdução da condição de analista com funções didáticas, mas a análise do candidato faria parte das funções a serem realizadas pelo analista didata. No relatório está diferente.
2. Quanto a frequência e duração das análises houve bastante discussão, mas a opinião da grande maioria do grupo é de que permanesse como é atualmente, com quatro sessões semanais e cinco anos de duração.

Relator: Homero Vettorazzo Filho

A discussão, em nosso grupo, se pautou em uma ação reflexiva, trazendo à tona, na medida do possível, questões conceituais implicadas nos tópicos propostos para reflexão.

Houve uma tendência a se levantar paradoxos inerentes a certas normas estabelecidas para se “cuidar” da formação dos analistas de nossa sociedade.

O grupo transcorreu em um clima de trabalho livre e produtivo. Na maioria das vezes, as colocações não convergiam para uma conclusão comum que levasse a uma proposta, mas, ao gerarem discussões, invariavelmente acabavam agregando novas ideias, mesmo sem haver consenso.

Faço um relato das principais ideias levantadas.

Em relação às regulamentações da análise didática:

A) Invariantes a serem mantidas

Foi consenso que a análise do analista, como condição para ser analista, é indiscutível e que tal exigência parece pautar um dos motivos pelo qual a Sociedade é procurada e respeitada como instituição séria pela qualidade de formação que oferece. Ressaltou-se que *os cuidados com uma boa formação devem constituir uma invariante a ser respeitada. A ideia, portanto, é de que se mantenha a formação estruturada no tripé clássico acrescido de um quarto pé constituído pelo ambiente institucional em sua função tanto de pertinência como de proporcionar condições para a construção de conhecimento e de expansão. Nesse último contexto foi ressaltada a importância de cuidarmos em manter nossa tolerância à diversidade.*

B) Efeitos colaterais que podem ser causados por uma regulamentação, mesmo que esta tenha como finalidade a preocupação em cuidar da boa formação dos nossos analistas

1) *Risco de que o medo da perda deste “controle de qualidade” possa causar efeitos danosos para a liberdade e a criatividade do analista em análise-didática, reforçando, por exemplo, os aspectos tutelares e de filiação do*

analizando, por estimular transferências não resolvidas. A discussão dessa situação, no grupo, desdobrou-se, no sentido de também considerar sua implicação no processo de formação do analista como um todo, por exemplo, em relação aos tempos institucionais de uma formação. *Discutiu-se a necessidade de se tomar cuidado com formações que privilegiem e estimulem a seus membros a continuarem ser tutelados.*

2) Tal contexto deu abertura para discutíssemos a necessidade de ouvirmos outros modelos possíveis de formação como forma de darmos um salto epistemológico, ao revisarmos os nossos próprios modelos. *Tal condição foi colocada como fundamental para diminuir o risco de transformarmos os modelos com os quais nos identificamos* (o que é vital e necessário) *em ideologias* (o que seria desvitalizante).

3) Tendo como eixo, a interface análise pessoal do analista em formação e as normas institucionais necessárias, conversamos sobre os cuidados com a análise do analista e também sobre como cuidar da instituição em suas funções. *A proteção não seria, portanto, só da ingerência institucional no setting analítico, mas o setting institucional também necessita proteção para não ser pervertido por “extravasamentos” do setting analítico* (como por exemplo formação de guetos por transferência não resolvida, perversão de poder etc.).

Sugeriu-se que, no caso da análise do analista, *a regulamentação deve funcionar de maneira a regulamentar o menos possível*, ou seja, interferir o menos possível (condição que tem sido a tendência atual).

Ressaltou-se que a *condição do número de sessões em uma análise didática, mais do que uma exigência da instituição, deve ser uma atitude do analista em função de sua própria necessidade em obter condições para realizar uma análise, na qual a introjeção de uma função analítica é fundamental.*

4) Foi lembrado o risco das normas institucionais, ao serem transformadas em depósitos das angustias psicóticas da instituição, perderem seu sentido de cuidado, de contorno necessário, adquirindo uma função de defesa, de resistência. A discussão se orientou no sentido de se pensar a *revitalização das normas como formas de revitalização do processo de formação.*

Foi usado como modelo de pensamento a revitalização do centro histórico de São Paulo. Alertou-se para a consideração de que este processo

foi feito em etapas. Em São Paulo começou-se a revitalizar antes os centros vitais para se planejar depois como abordar as vias que chegam ao centro mas que não têm condição de serem mexidas de imediato.

A discussão do grupo se encaminhou na direção do que seria prioritário a ser revitalizado, em nosso caso? Sugeriu-se:

4.1. Cuidar para que o risco “do que vai acontecer ao se mexer com a norma”, não acabe inibindo qualquer proposta de mudança.

4.2. A análise didática foi considerada sob este vértice, como forma de revitalizar a análise e a formação do analista. Discutiu-se o esvaziamento do conceito de analista-didata que perdeu seu sentido original referente aos antigos didatas que centralizavam toda a responsabilidade da produção e da transmissão da psicanálise. Não é nossa condição atual. Hoje temos inclusive muitos membros efetivos, não didatas, que exercem funções didáticas no Instituto coordenando seminários teóricos. O termo analista-didata está, portanto, esvaziado e não teria sentido mantê-lo. Colocou-se que a função analista-didata, ao mesmo tempo em que traz uma proposta de cuidado institucional, tem como efeito colateral uma reserva de mercado que, mesmo hoje, apesar de ter perdido importância factual face o aumento significativo do número de didatas, mantém um imaginário em torno desta figura que provoca um estreitamento institucional. Esclareceu-se que esta reserva de mercado não tem assim uma intenção, um sujeito, mas trata-se de um imaginário ativo em torno da figura do didata. *O desinvestimento institucional dessa função foi colocado como possibilidade revitalizante da instituição e dos analistas com funções didáticas.*

Neste contexto se propôs que todos os membros efetivos passem a ter função didática a partir de um número de anos, a ser discutido, após sua efetivação. A aposta seria de que isso traria, a médio e longo prazo, uma melhora da qualidade da formação. A Sociedade passaria a ter *didatas naturais*, ou seja, aqueles que o corpo societário reconhece espontaneamente como tais, independentemente do título. Seriam aqueles que, de fato, têm membros filiados em análise, e em seus seminários clínicos e teóricos. *Haveria uma desacomodação, por parte dos didatas, e de todos os membros,*

no sentido de investirem mais em se renovarem, em produzirem, escreverem, apresentarem sua clínica, oferecerem seminários melhores etc. Com uma competição saudável, honesta, e democrática, todos ganhariam em termos de qualidade. A passagem a didata por tempo, e não por ritual de passagem, eliminaria um foco importante de compadrismo. Sabemos que somos todos amigos, e isso é ótimo; mas, por outro lado, dificulta uma real avaliação do colega. O compadrismo, sendo parte da cultura brasileira, atravessa todas as instituições, e também, em algum grau, a nossa.

Foi também proposto, como uma situação intermediária, que já adotássemos em nossa Sociedade de São Paulo o modelo de Porto Alegre, no qual os pretendentes à formação que estivessem em análise com membros efetivos não didatas tivessem, dependendo da avaliação pela Comissão de Ensino, suas análises validadas.

- 4.3. Sob um outro vértice sugeriu-se que a *instituição deveria cuidar melhor do que se chama “função didática”*. Neste sentido *estaria faltando discutir o que se entende por função didática como um todo*, ao invés de ficar se atendo exclusivamente a seu componente análise didática e se esta deve ser exercida por qualquer membro efetivo sem passar por processo de seleção de didatas. *A ideia é de que a função didática deveria ser assim contemplada em seus outros aspectos como: Supervisão, Seminários Clínicos, Seminários Teóricos*. Tais aspectos, que acabaram não sendo discutidos, seriam os que, tomando o modelo da revitalização da cidade de São Paulo, deveriam ser revitalizados. Depois então é que se mexeria nas vias que levam ao centro, ou seja, aí então caberia toda a discussão sobre a questão do analista didata. *Neste contexto a sugestão era de que a função didática deveria ser discutida em sua forma atual para ver o que poderia ser melhorado.*

5) Surgiu como questão que, à semelhança de didatas que têm se disposto a conduzir o trabalho das supervisões oficiais a preços mais acessíveis, fosse pensado também tal possibilidade para as análises dos analistas em formação.

6) Propostas: Já no final de nossa discussão tentamos elaborar alguma proposta, não secundarizando, entretanto, todas as outras sugestões surgidas nas discussões acima relatadas. Apenas foram propostas que já adquiriam um certo grau de unanimidade.

6.1. *Que a Sociedade de São Paulo adotasse do Rio Grande do Sul, no qual os pretendentes à formação que estão em análise com membros efetivos não didatas possam, especificando as condições de sua análise: tempo, frequência etc., solicitar à comissão de Ensino autorização para prosseguirem seu trabalho analítico validado pela instituição.*

6.2. No final da discussão, sem ser suficientemente debatido, foi proposto que, *nas regulamentações da análise didáticas, a atual exigência da instituição passe a ser a de uma análise de alta frequência, entre três a cinco sessões, a ser decidida na dupla analítica em função das condições específicas de cada análise.* Não houve unanimidade absoluta nesta proposta que ficou “sobrepota” a uma outra ideia discutida no grupo de que se pudesse iniciar a análise com menos sessões, mas sempre com o objetivo de se aumentar esse número até no mínimo quatro sessões, dando-se assim à dupla uma maior liberdade de “ir se acertando”.

Homero Vettorazzo Filho

Relator: Oswaldo Ferreira Leite Netto

Composição do Grupo: três didatas, sete membros efetivos, cinco membros associados, sete membros filiados ao Instituto, dois pretendentes ao Instituto, de outras Sociedades.

Difícil incumbência sintetizar o que foi o trabalho de nosso grupo, coordenado por Uraci que habilmente facilitou a participação de todos em clima democrático e harmônico do começo ao fim. Vinte e três colegas, de diferentes idades, em diferentes momentos de suas trajetórias analíticas, em diferentes posições na instituição, com formações até mesmo fora do país.

Optando unanimemente desde o início em não se preocupar com regulamentações e conseqüentemente encaminhamentos de propostas objetivas, aproveitamos os encontros para desenvolver um trabalho reflexivo e de trocas, que se revelou profundo e do qual me senti privilegiado em participar.

De um lado a *Instituição* e a inexorabilidade de sua existência, com determinada estrutura de poder, com suas lutas pelo poder, seu papel de referência identitária para os analistas e a função propiciadora de desenvolvimento no cuidado com a transmissão da psicanálise na formação de analistas. Uma das conseqüências de sua eficácia propiciar a realização do presente encontro. Nossa Sociedade é conhecida e valorizada pela força que é dada ao desenvolvimento da experiência e a prática clínica nesse trabalho de transmissão e de formação em Psicanálise.

De outro lado, “a coisa psicanalítica”, a qual se referiu nosso presidente Menezes, na sessão plenária de abertura do Congresso: um trabalho peculiar, dependente da personalidade e do grau de desenvolvimento a que cada um pode chegar através de suas experiências pessoais em análises, que operando de dentro para fora em cada indivíduo, permitem que cada um alcance da melhor forma liberdade e autonomia na aquisição de uma função, a função analítica, que é frágil: pode-se perdê-la, e todos estamos sujeitos a isso, até em momentos de uma única sessão.

Exercer a função analítica é indissociável da paixão que alimenta uma vivacidade em seu exercício. E, também inseparável da liberdade interpessoal nas trocas com os pares, clima que caracterizou o funcionamento do nosso grupo.

Após o exame de várias situações e dos depoimentos pessoais dos participantes, constatamos que, mesmo em constante evolução, certas distorções estão presentes quando o poder é usado perversamente, no carreirismo, na

busca por status, no impedimento da expressão de ideias e em dificuldades criadas para o convívio com diferenças.

Foi enfatizada a necessidade de constante reflexão e de se cuidar de mecanismos institucionais que detectem o uso perverso do poder com ingerências que, mesmo pensadas como salvaguardas para o exercício e preservação do vértice analítico, quando burocratizadas, engessam e formatam a transmissão e portanto a formação analítica. No atual estágio de desenvolvimento, com a solidez e respeitabilidade adquiridas nossa Sociedade tem condições de fugir da burocratização nas regulamentações.

Perguntas

1) Como conciliar todo o processo da análise pessoal, que se dá na esfera privada com as outras atividades que ocorrem no Instituto durante a formação e na Sociedade?

2) Como a Sociedade Brasileira de Psicanálise de São Paulo cuidar de seus membros, indiretamente, atendendo a demandas de busca por formação analítica, acolhendo dificuldades pessoais eventuais de seus membros, sem exercer poder controlador?

Ficamos com essas contradições, sem encontrarmos exatamente saídas ou propostas, mas fomos unânimes em considerar que nosso diferencial como instituição, como grupo analítico, é a preocupação em manter a qualidade clínica. Não há como controlar análises pessoais; sabemos que vivemos problemas atualmente. Sofremos pressões extra institucionais, da situação sócio econômica do país, e as devidas aos avanços e transformações da Psiquiatria, na ampliação e divulgação maciça do uso de psicofármacos, que restringem nosso mercado. Mas não podemos perder a “fé” na Psicanálise.

Concluimos que há ingerências institucionais necessárias, desde a seleção dos pretendentes e em todos os níveis da trajetória possível dentro da Sociedade. Mas existem ingerências que precisam ser revistas, das quais precisemos abrir mão pois abalam nossa crença no vértice analítico.

Poder ventilar problemas, temores, discutir posições, como fizemos aqui, trabalhando nesse congresso interno, é uma forma de exercer esse cuidado e uma conquista para todo o corpo societário.

Oswaldo Ferreira Leite Netto

oswnetto@uol.com.br

Relator: Reinaldo Lobo

1. Propósitos Gerais do Grupo – houve um certo consenso inicial quanto:

- a. centrar as discussões no eixo do compromisso de todos com as tarefas de transmissão e formação como parte essencial de nossa pertinência ao movimento psicanalítico internacional desde Freud e nossa particular inscrição nessa história;
- b. lembrar a especificidade de uma sociedade de psicanálise, que é diferente da universidade e de outras instituições que podem ensinar psicanálise. Somos a única sociedade, com a possível exceção dos junguianos, cuja formação não se esgota nos cursos e que continua ao longo de toda a trajetória de um membro;
- c. rever o sentido geral da formação, nesse contexto, da SBPSP, comprometendo-se com a elevação do nível da educação psicanalítica;
- d. evitar a banalização e a vulgarização, como a formação apressada ou a criação de uma vulgata psicanalítica, que podem atingir mortalmente a análise do analista e a própria psicanálise.

2. Sobre o Tema Central, a Análise do Analista – houve uma certa maioria, ainda que não tenha havido votação, em torno da ideia de que a análise didática deve ser mantida e o essencial da formação não deve ser mexido, podendo haver variações na forma.

Uma parte do grupo indica que tem havido uma certa demonização da análise didática, que não pode ser jogada para o ar ou eliminada. Pelo menos um colega aponta que a análise didática, tal como se apresenta hoje, causa danos e sequelas não só à formação, mas também à instituição psicanalítica. Comenta que há um mito segundo o qual análise didática é sinônimo de rigor e de seriedade na formação, o que não é verdade. O rigor não é igual à didática hierarquicamente vertical, diz ele. Uma colega fala com simpatia da seriedade do modelo francês de análise, onde não há didática, mas a análise do psicanalista em formação é conduzida com o maior rigor por membros de alto nível e de competência avaliada em profundidade. Mas vários outros colegas elogiam a formação que tiveram, até recentemente, nos moldes tradicionais da IPA.

Foi ressaltado que reanálises fazem parte da vida todos os analistas, inclusive dos didatas. Foi lembrado como advertência, por um colega, que a

prática analítica atual, do ponto de vista profissional, tem os seus dias contados. Vários colegas respondem que as modificações da clínica atual não implicam em negligência com a formação, cujo rigor deve incluir o máximo de análise para o analista, de preferência com uma frequência de quatro a cinco vezes por semana. Um colega indica que, para trabalhar até mesmo com a difícil prática da psicoterapia analítica, é necessária uma formação a mais rigorosa possível, com quatro a cinco vezes de análise do analista por semana, durante vários anos. Um colega afirma preferir o modelo de “alta frequência”, dando liberdade à dupla para escolher de três a cinco sessões por semana.

Ocorre uma longa discussão sobre o que significaria essa continuidade entre três e cinco sessões, rotulada de “alta frequência”. É feita uma denúncia de que alguns didatas estariam trabalhando secretamente três vezes por semana, em conluio com o candidato, quando os atuais estatutos exigem um mínimo de quatro vezes. Uma colega declara não ter sentido discutir esse assunto no âmbito de propostas, uma vez que o tema deveria ser encaminhado à comissão de Ética da Sociedade.

Vários colegas lembram que um problema grave é o caráter vitalício da função didática, que deveria ser regulamentada com mais precisão. Uma colega lembra que não há nada de extraordinário na condição de didata, uma vez que a pessoa “vai-se tornando didata naturalmente”, pela experiência e tempo de pertinência à instituição. Propõe que as coisas não sejam tão regulamentadas e que se deixe como são.

3. O problema das avaliações e dos seus critérios – alguns colegas, aparentemente majoritários, apontam a necessidade de avaliações e regras mais firmes no Instituto e nas várias instâncias de passagem na SBPSP, como um problema comum a todos os membros do grupo:

- a) existem avaliações frouxas em todos os níveis, inclusive na escolha de didatas – as pessoas não querem se comprometer; há pressões para facilitação;
- b) enquanto não houver efetiva avaliação e seleção, a formação ficará enfraquecida;
- c) foi dito que isso significa cuidar da entidade e da formação;
- d) foi lembrado o mal que pode fazer em nome da psicanálise, o caráter insalubre da profissão e a necessidade de muito cuidado na seleção de psicanalistas;

- e) uma colega lembra que precisamos oferecer uma casa com normas claras e oportunidade real de desenvolvimento aos novos psicanalistas.

Uma outra colega argumenta que se pensa demais em regulamentação. Depois da reunião, diz que seu pensamento não foi bem expresso pela síntese do relator e pede que se acrescente o seguinte argumento: a dificuldade de avaliação existente na sociedade decorre das diferentes formas de trabalhar dos grupos de diferentes orientações psicanalíticas; portanto, não se trata de avaliação frouxa ou de mais rigor, mas de considerar a questão dessas diferenças. Acrescentou ainda que a principal contribuição do grupo reunido no Congresso Interno foi a consideração de que, em certos casos da formação, que consistem em exceções (como o do membro filiado que pediu redução temporária para três sessões semanais após fazer mais de 10 anos de análise com seu didata ao ritmo de quatro sessões), o assunto deveria ser flexibilizado pela Comissão de Ensino.

4. A questão do “tutor” – o problema do auxílio à formação feito por uma espécie de orientador do membro filiado: alguns colegas levantaram o assunto, argumentando que o didata opina e interfere na condução dos cursos teóricos do pretendente, escolhendo inclusive os professores e supervisores os quais deveria preferir. Um “tutor”, como os há em algumas sociedades europeias, poderia auxiliar o candidato a analista a selecionar uma trajetória e as bibliografias necessárias para os seus relatórios clínicos e compromissos teóricos. Foi levantada a objeção de que tal figura exigiria novas regulamentações e dificuldades.

- 5. O número de candidatas por didata – oficialmente, são sete.

Alguns participantes do grupo propuseram a redução para dois ou três candidatas por didata. Houve uma acalorada discussão e uma parte do grupo opôs-se vigorosamente a tal redução, alegando que quase nenhum didata, atualmente, tem sequer três candidatas em formação, em face da clínica atual escassa. Portanto, tratar-se-ia de um “falso problema”. O assunto foi posto em votação e venceu a manutenção da situação como está hoje.

Relatora: Susana Muszkat

Foi consenso no grupo:

1. Os sentimentos de paixão, orgulho e prestígio de pertencer a esta Instituição, tendo esta como algo valorizado por todos lá presentes.

2. A riqueza da pluralidade teórica e pessoal e a importância da manutenção desta diversidade.

3. Foi também consenso de que ser um *analista didata* não necessariamente coincide com o exercício da *função didática*, havendo uma insatisfação, de variados aspectos, tanto no que se refere ao modelo de análise didática quanto em relação a figura do analista didata, assim como vem sendo praticados. Falou-se em mudança de paradigma no que diz respeito a ideologia que rege estes lugares institucionais.

4. O grupo foi unânime em sua opinião quanto a que *analista didata*:
- a. não deve ser um cargo vitalício;
 - b. não deve ser um lugar/cargo de poder;
 - c. seja re-avaliado periodicamente (sugeriu-se de cinco em cinco anos);
 - d. não deve ser visto meramente como um *status* dentro da Instituição, mas sim como uma *função dentro da mesma*.

O grupo acredita que deve-se pensar que, aqueles analistas, responsáveis por analisar os membros filiados do Instituto, devem estar à *serviço do Instituto/Instituição* e não numa posição de serem *servidos pela Instituição*.

O grupo sugeriu que uma maneira de conseguir-se este tipo de comprometimento, poderia ser o de colocar-se um teto no valor das sessões das análises de formação, bem como no das supervisões oficiais (poderia usar-se o critério de hora/aula, por exemplo). Contudo, a questão da padronização dos honorários ou da adoção deste tipo de critérios foi algo controvertido no grupo, predominando o apoio ao estabelecimento de um teto de honorários.

A adoção destes critérios teria o mérito de selecionar para a função de *analista de formação* (didata), pessoas cuja motivação principal não fosse

econômica ou de uma “reserva de mercado”, mas sim a da *participação na transmissão da psicanálise*.

Foi também muito enfatizado que, o caráter financeiro não deve ser um *fator de impedimento* para que alguém com talentos para exercer a psicanálise seja impedido de fazer uma formação em nossa Instituto.

Pensou-se na formação de um *fundo de auxílio financeiro*, ou ainda uma análise pós-paga (seria paga ao final da análise em parcelas). Tal fundo só teria sentido uma vez que fossem revistos os valores das análises didáticas, a fim de que este não tivesse como intuito principal a manutenção do status-quo dos analistas e análises didáticas assim como se dão atualmente.

Ressaltou-se também, a dimensão de *ganho simbólico*, que não de caráter financeiro, para o analista imbuído da *função didática*. Esse ganho estaria na contribuição que tal analista, nesta função, daria para a perpetuação e transmissão dos conhecimentos e práticas psicanalíticas de boa qualidade.

Considerou-se que tais mudanças, ainda poderiam contribuir com a melhoria da *imagem da Sociedade* face ao público externo em geral.

O grupo considerou que seria importante limitar a *três* o número de analisandos em formação atendidos simultaneamente por um mesmo analista.

1. Sugeriu-se que o critério para a *manutenção da função didática* seria a *participação ativa na Sociedade*, nas atividades científicas, nas comissões, supervisões, seminários clínicos, enfim, naquilo para o qual tenha mais afinidade. Em outras palavras, a função não deveria ser mantida se o analista didata se isolar e não participar das atividades societárias.

2. Todos foram favoráveis a que *análises de formação* só devam ser feitas com *analistas* de dentro de *nossa Instituição*, que seja mantida a *alta frequência (três a cinco sessões a ser decidida pela dupla)*.

3. No caso de um pretendente a formação, que já faça análise com um *membro efetivo da Instituição* ser aceito, que seja dada função didática àquele analista para efeito somente daquela análise específica, evitando a necessidade de mudança de analista, a exemplo do que já é feito no Sul do país.

4. Um dos participantes do grupo sugere que seja totalmente abolida a *análise didática*, uma vez que entende que esta seja uma *contradição fundamental* na própria concepção de psicanálise, pois psicanálise não pode se

prestar a ter um fim, um objetivo definido. Acredita que a Psicanálise não forma ninguém, mas sim, que deva promover a liberdade/liberação do analisando.

Assim, propõe que o *analista didata* exerça *funções didáticas*, mas não análise.

5. É consenso que: O Instituto é responsável pela transmissão da Psicanálise e pela seleção daqueles que serão alvo daquela transmissão. A seleção deve basear-se no critério de que sejam escolhidos aqueles que forem mais interessantes e interessados em serem psicanalistas, sendo que o poder aquisitivo do pretendente não deve ser um dos critérios adotados. Daí a ideia da criação de um fundo de membros para garantir a formação de pessoas talentosas e não abastadas.

Susana Muszkat

smuszkat@terra.com.br

**Relatoras: Vera Regina Jardim Ribeiro Marcondes Fonseca
Ana Maria Stucchi Vanucchi**

Presentes no grupo: cinco didatas, dois membros efetivos, quatro membros associados e seis candidatos.

O clima de trabalho transcorreu de modo livre e produtivo. O grupo partiu da experiência pessoal de cada participante no transcórre da sua formação, da experiência profissional e institucional.

Foram debatidos pontos importantes: alguns houve consenso, outros foram mais polêmicos.

O que é Psicanálise?

O que é ser Psicanalista?

Salientou-se o *aspecto revolucionário da Psicanálise* e que a formação supõe esforço e trabalho. Foi unânime a constatação que a *força e poder da Instituição estão alicerçados na pluralidade e na qualidade de nossa formação*. Esse é o nosso patrimônio e é o que nos diferencia positivamente de outras instituições. *A diversidade deve ser preservada, garantindo o espírito democrático*, de modo que todos os grupos tenham espaço dentro da Instituição, seja nos congressos, eventos ou publicações. Foi destacado como fator positivo o fato de pertencermos a uma *Instituição que se revê constantemente*.

Nossa formação é eminentemente *clínica* e portanto, deve ser cuidada e preservada. O desenvolvimento e o crescimento qualitativo e quantitativo envolve *ganhos e riscos; implica em responsabilidades* para enfrentar a complexidade maior da Instituição, em relação a seus membros e candidatos, seja na sua formação ou no seu aprimoramento profissional. Progresso significa *enfrentarmos novos conflitos e contradições* e a necessidade de *buscarmos novas saídas*. Nosso desempenho passa pelo desenvolvimento da nossa personalidade, por uma lapidação pessoal.

Foi destacado por todos que a *análise pessoal* é o carro chefe da formação de psicanalistas.

Como cuidar da análise pessoal e do analista?

Devemos buscar uma *postura ética, que inclua a revitalização constante do analista*.

O analista com função didática e a Instituição

Foi discutido que:

A Instituição é o terceiro paterno: como fazer esse equilíbrio entre a função analítica do par (materno) e a instituição? *Todos concordaram que o controle institucional sobre a análise didática é negativo.* Como acolher e como estabelecer as leis? É importante a sintonia entre o contexto e as leis.

Membros com função didática

1. Que o analista didata seja considerado (como diz o regulamento) um membro efetivo com função didática. *Não deve ser um cargo vitalício.* Essa função implica em re-análises, publicações científicas, engajamento na Instituição etc., de modo que possa ser uma função constantemente revitalizada.

2. Que um *membro efetivo não didata* possa continuar atendendo um pretendente à formação ou um candidato, sem que o vínculo transferencial seja interrompido.

3. Outra sugestão em relação ao item 2 foi: que cada caso seja examinado em particular, como exceção e não como regra.

O que fazer com as pessoas que estão afastadas? A formação continuada já foi um ganho nesse sentido.

4. Nos casos em que o analista efetivo com função didática esteja afastado da Instituição. Sugeriu-se que deve ser pensada alguma forma de revitalização.

Setting

Não houve consenso em relação ao setting.

Frequência

No que diz respeito à *frequência foram apresentadas duas sugestões:*

1. *Manutenção das quatro sessões por semana, não por razões burocráticas, mas pela preocupação com a pulverização da análise no futuro.*

2. Número de sessões variando de três a cinco e, assim, contemplar um campo de manobra no par analítico e na sua relação com a Instituição.

O número de sessões deve ser resolvido pela dupla.

Foi mencionado que o número de sessões de três a cinco, de uma certa maneira, já acontece na realidade e que o estatuto nem sempre é cumprido pelos didatas.

Todos concordaram que é necessário buscar uma saída ética para essa situação.

Se existe lei, regras e normas elas devem ser seguidas, até que alguma mudança nos estatutos ocorra.

De acordo com uma parte do grupo, a segunda sugestão teria a vantagem preservar a relação de *Transparência* com em relação à instituição, assim como a *liberdade e autonomia* da dupla analítica).

É importante que a qualificação do trajeto de cada um seja reconhecido pelos colegas analistas.

3. Outra sugestão do grupo é que a análise de formação tenha um *preço reduzido, estabelecido pelos didatas*, como um compromisso deles em relação à Instituição e como forma de gratidão pelo que receberam dela.

4. Que o número de candidatos em análise didática seja no máximo três para cada analista.

5. Que os casos de supervisão oficial sejam de quatro vezes por semana. Foi comentado que isso, também, não corresponde á realidade e que esse item deveria ser cuidadosamente estudado.

Sobre a avaliação

A cultura grupal não dá suporte para as avaliações que não contemplam as expectativas, podendo gerar mal entendidos e inimizades.

Foi conversado que a Instituição precisa dar suporte para o analista que avalia a para o candidato avaliado.

Ficou como sugestão, o *tema Avaliação* para um próximo Congresso Interno. Pensar a avaliação em todos os níveis da Instituição: de candidatos a didatas.

Da Instituição e do candidato

O candidato quer qualidade na sua formação e o peso da análise pessoal é fundamental.

1. Acolhimento ao candidato em grupos vivenciais, prévios à formação (não houve unanimidade): com esclarecimentos sobre a formação, estatutos, ideologia da Sociedade. Não houve consenso.

2. A instituição deve poder dar suporte aos candidatos tanto para aqueles que tem potencial criativo e enfrentam dificuldades durante a formação, como para aqueles que enfrentam dificuldades após a sua formação.

3. Acompanhamento do candidato, um tipo de tutoria, durante a sua formação. Poderia ser realizada por membros que se disponham a ser interlocutores, como por exemplo, para facilitar a escolha dos seminários. A diversidade que é oferecida ao candidato pela instituição, pode num primeiro momento deixar o candidato perdido.

Quem muda de analista vai sofrer a pressão do Instituto

Foi sugerido por uma parte do grupo que: pessoas que tenham interrompido a análise didática durante a sua formação, possam ter um período maior que um ano como consta no atual estatuto. Foi sugerido um período de dois anos.

O grupo durante toda a conversa se movimentou entre a necessidade de *regras transparentes* dentro da Instituição e a *liberdade de autonomia do par analítico*. Salientou-se a necessidade de termos uma instituição *com leis, regras e normas que sejam flexíveis e respeitadas por todos*.

Vera Regina Jardim Ribeiro Marcondes Fonseca
veraregina.fonseca@gmail.com

Ana Maria Stucchi Vannucchi
anavannucchi@gmail.com